

O JORNALISMO FRENTE AO **SEXISMO**



ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| PREFÁCIO | 3 |
| NOTA METODOLÓGICA | 4 |
| 1 ZONAS DE RISCO | 5 |
| 1.1. O campo | 5 |
| 1.2. A Web | 9 |
| 1.3. As redações | 11 |
| 2 QUEM SÃO AS JORNALISTAS NA LINHA DE FRENTE? | 15 |
| 2.1. As especialistas em direitos das mulheres | 15 |
| 2.2. As especialistas em esportes e política | 18 |
| 2.3. Os Fatores agravantes | 20 |
| 3 AS CONSEQUÊNCIAS PARA O JORNALISMO | 23 |
| 3.1. Do trauma ao silêncio | 23 |
| 3.2. O impacto sobre o pluralismo | 26 |
| 3.3. Rumo à evolução das mentalidades e dos conteúdos jornalísticos | 27 |
| Países considerados perigosos e muito perigosos para as jornalistas | 30 |
| Países onde as jornalistas devem se adaptar a restrições específicas | 30 |
| Estatísticas complementares oriundas da pesquisa da RSF | 31 |
| Seleção de depoimentos colhidos durante a pesquisa da RSF | 32 |
| 4 RECOMENDAÇÕES DA RSF | 33 |

PREFÁCIO

Christophe Deloire
Secretário Geral



© Joel Saget / AFP

Jornalistas já enfrentam numerosos riscos em zonas de guerra e, cada vez mais, também em países em paz. Ano após ano, os perigos aumentam para o próprio jornalismo. Quando publicamos nosso último Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa, demonstramos que a década que se iniciava seria decisiva para essa função social.

Em escala global, os desenvolvimentos políticos, como a ascensão ao poder de regimes despóticos e o enfraquecimento das democracias, são preocupantes. O caos no fluxo de informações, fomentado pelas redes sociais, coloca o jornalismo em uma situação impossível diante da concorrência desleal e absurda da propaganda de Estado, dos conteúdos patrocinados e dos boatos.

Temos, portanto, a obrigação imperiosa de defender o jornalismo com todas as nossas forças, diante de todos os perigos que o ameaçam, e as agressões e intimidações de cunho sexual e de gênero estão entre estes perigos. É inconcebível que as jornalistas corram risco duplo e que tenham que se defender numa frente adicional, uma frente, aliás, múltipla por estar localizada tanto fora, quanto dentro das redações.

Em 2018, a Repórteres sem Fronteiras (RSF) publicou um relatório intitulado “Direitos das mulheres: investigações proibidas”, que destacou as dificuldades enfrentadas por jornalistas - homens e mulheres - para investigar os direitos das mulheres. Apresentamos recomendações muito claras para que as duas metades da humanidade em todos os lugares tenham direito a um tratamento midiático justo, sem o qual não poderíamos falar de liberdade jornalística e de pluralismo.

Três anos depois, a mais recente pesquisa da RSF, “O jornalismo frente ao sexismo”, revela que o duplo risco enfrentado por muitas jornalistas é uma realidade comum demais, não apenas nos campos de reportagem tradicionais, mas também nos novos territórios virtuais, na internet e onde elas deveriam estar seguras, nas redações.

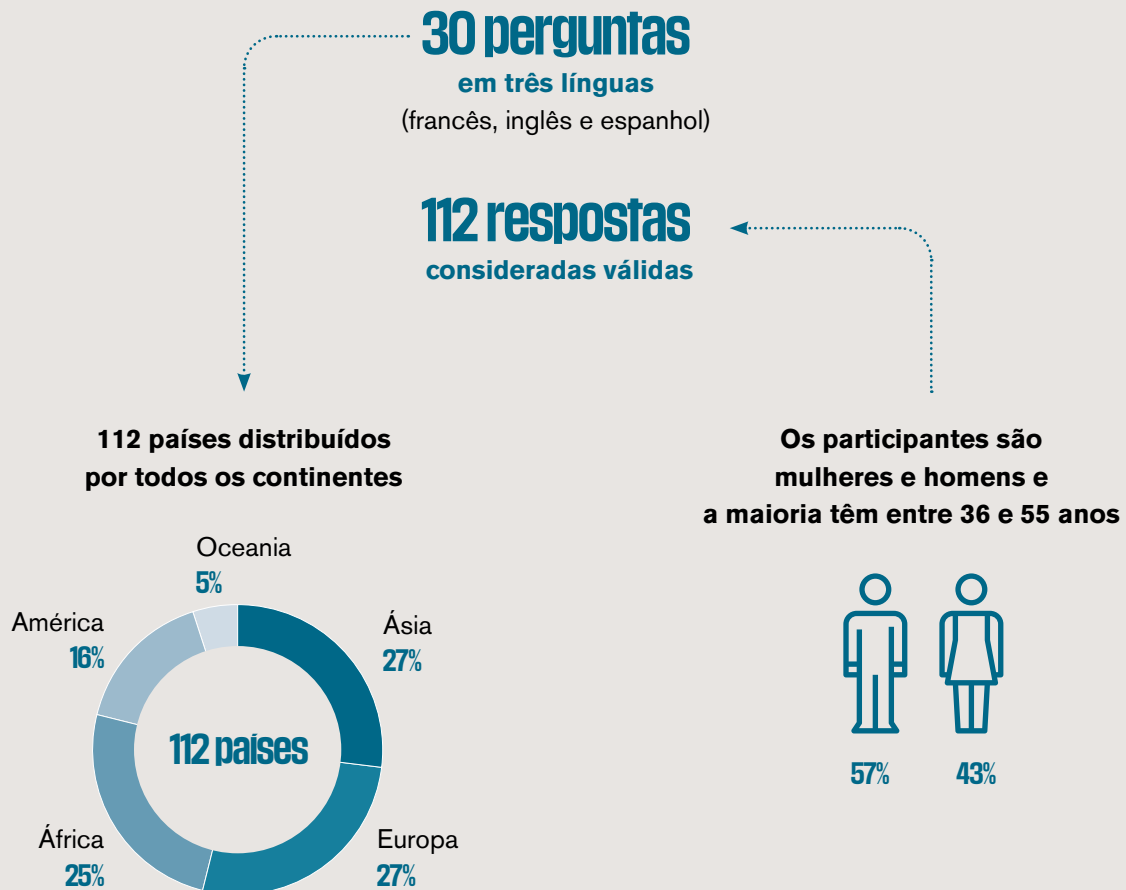
Por sexismo, a RSF entende todas as formas de violência sexual e de gênero: discriminação, insultos, assédio sexual, toque, agressões verbais e físicas de natureza sexual, ameaças de estupro e o próprio estupro. Esses fenômenos têm consequências deletérias para o pluralismo da informação.

Nossa pesquisa se baseia, principalmente, no estudo das respostas a um questionário enviado a todos os nossos correspondentes em 130 países. Segundo 85% dos participantes, quando a impunidade prevalece, atos de violência sexista se repetem e outras jornalistas podem ser vítimas do mesmo agressor. Mais de dois terços dos participantes (71%) tiveram conhecimento de atos de discriminação de gênero contra jornalistas mulheres. Resultado? Quase metade dos participantes (48%) afirmam: “A jornalista se autocensura e prefere não abordar certas questões”. Isso diz tudo.

I NOTA METODOLÓGICA I



Para melhor quantificar tendências antecipadas pela Repórteres sem Fronteiras (RSF), a organização enviou uma lista de **30 PERGUNTAS em três idiomas** (francês, inglês e espanhol) aos seus correspondentes ao redor do mundo e a jornalistas especializados em questões de gênero. **Das 136 respostas recebidas entre 13 de julho e 6 de outubro de 2020, 112 foram consideradas válidas e usadas na análise dos resultados.** Como várias perguntas são de múltipla escolha, os resultados são expressos como a porcentagem dos participantes que marcaram cada resposta. As respostas do tipo “outros” não foram objeto de análise estatística, mas foram listadas e parcialmente incluídas neste relatório.



1 | ZONAS DE RISCO |

1.1. O CAMPO

A fotojornalista francesa **Laurence Geai** nunca pensou em desistir de trabalhar no campo. Da Batalha de Mossul até a República Centro-Africana, essa fotógrafa cobre conflitos há mais de 10 anos. “*Ser mulher no campo é tanto uma vantagem, quanto um inconveniente*, diz ela logo de cara. É um trunfo, porque temos um acesso fantástico à metade da humanidade, que desconfia menos de nós. Tenho até a impressão de que meus colegas, às vezes, correm mais riscos do que eu”, explica ela. Por outro lado: “*No campo, os homens frequentemente tocam em você e têm atitudes claramente inadequadas.*” Ela cita os exemplos de um miliciano na República Centro-Africana, de um civil no Azerbaijão e de um soldado no Iraque. “*Nada sério aconteceu. Esse tipo de coisa ocorre comigo muitas vezes e eu simplesmente mudo de assunto. Neste trabalho, vivemos tantos momentos intensos, que não é nisso que penso espontaneamente quando me perguntam o que me traumatizou em campo.*”

A decisão de pronunciar-se ou não depende do contexto. “*Você tem que ser estratégica.*” Ela cita um exemplo: “*Certa vez, me vi presa no meio de uma multidão na República Centro-Africana. Milicianos e civis começaram a tocar os meus braços, meu rosto, meus cabelos. Naquele dia, tive que ir embora.*”

A fotógrafa Laurence Geai acompanha o exército iraquiano em sua reconquista da cidade de Mossul. Iraque, junho de 2017.
© Andrea Diczno



No passado, algumas colegas jornalistas não tiveram a mesma chance. Em 2011, pelo menos duas foram estupradas, enquanto cobriam a revolução egípcia. Em 11 de fevereiro, **Lara Logan**, correspondente especial do canal americano CBS, foi [cercada por várias centenas de homens](#). A multidão arrancou suas roupas e alguns a penetraram com os dedos. Alguns meses depois, **Caroline Sinz**, da France 3, também foi [agredida pela multidão](#) no mesmo lugar. “As pessoas batiam palmas enquanto éramos espancadas, lembra ela. *Eu realmente achei que ia morrer.*” O ataque aconteceu no dia 24 de novembro, véspera do Dia Internacional do Combate à Violência contra a Mulher.

Que tipo de violência sexual ou de gênero afeta as jornalistas em seu país?*



| | |
|------------|-------------------|
| 84% | Assédio sexual |
| 30% | Agressão sexual |
| 27% | Ameaça de estupro |
| 7% | Estupro |

Mais de uma resposta possível.

Embora o estupro continue sendo raro, a pesquisa da RSF confirma que ele é a ponta do iceberg da violência contra as jornalistas o mais visível, o mais contundente, mas felizmente o tipo de agressão mais incomum (7% das participantes o identificam como forma de violência baseada no gênero). Por outro lado, o que a televisão e as redes sociais ajudaram a tornar mais visível foi a prática dos “beijos forçados”. [Nos Estados Unidos, no Brasil, na Rússia](#) e em outros lugares, esse tipo de assédio sexual atinge as profissionais durante a cobertura ao vivo de eventos esportivos ou de manifestações. Entre os casos mais recentes está o de **Raquel Guillán**, [vítima de um beijo](#) forçado quando transmitia ao vivo para a Rádio Televisão das Canárias (RTVC), em 22 de fevereiro de 2020. Na Bélgica, em 14 de março de 2020, no momento em que a Europa começa a ser duramente atingida pela pandemia de Covid-19, **Evelyne Boone**, do canal VTM, [sofreu o mesmo tipo de agressão](#) de um transeunte.



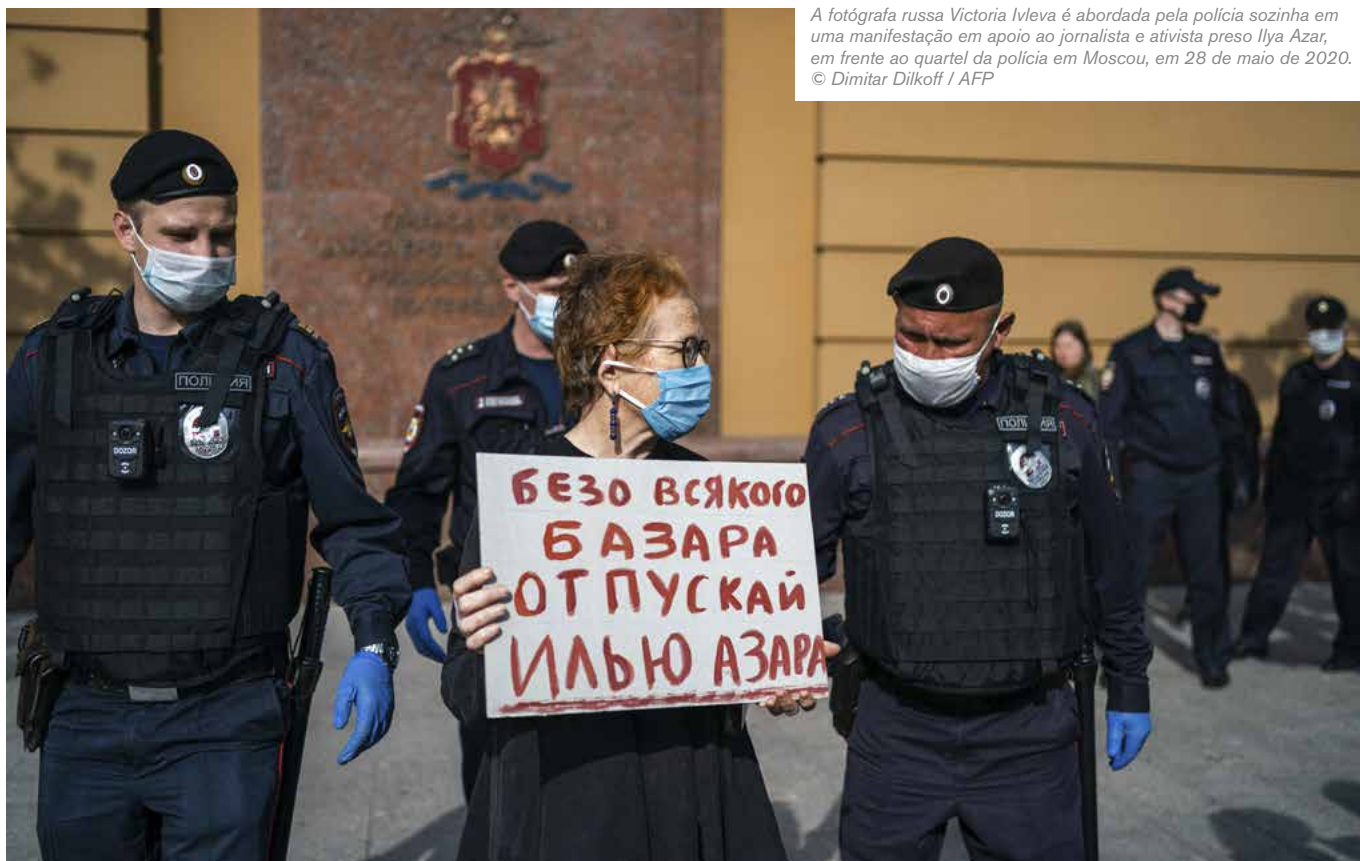
Raquel Guillán
© Captura de tela RTVC

“**Em quase todos os casos de assédio ou de agressão sexual contra jornalistas mulheres, as vítimas são as primeiras a ser culpadas. O público aceita condutas condenáveis sob o pretexto de que as mulheres deveriam ficar felizes e ter orgulho de serem assediadas sexualmente, porque isso significa que são sexualmente atraentes.**”

Testemunho da pesquisa da RSF. País em questão: Vietnã.

Antes do movimento #MeToo, agressões sexuais às vezes eram vistas como tentativas desajeitadas de flertar ou como “piadas de mau gosto”. Os tempos mudaram. Recentemente, no Líbano, as jornalistas **Dima Sadek, Loyal Saad, Diana Moukalled** e várias outras de suas colegas denunciaram, [numa campanha de vídeo](#) promovida pela ONG Fundação Árabe para a Liberdade e Igualdade, o assédio que sofrem, especialmente quando estão em campo cobrindo protestos. Elas também reafirmam o direito de fazer o seu trabalho: *“Nenhuma mulher deveria pensar que desistir é a solução”*, garante Diana Moukalled.

Essa determinação é ainda mais necessária, uma vez que esse tipo de violência continua a alimentar a discriminação de gênero. Ainda que os relatos das jornalistas americanas Jane Cazneau, sobre o conflito entre os Estados Unidos e o México em 1846; [Nellie Bly, nas trincheiras em 1914](#); e Martha Gellhorn, durante a guerra na Espanha e o Dia D em 1944 tenham há muito aberto o caminho para as correspondentes de guerra, ainda que cada vez mais mulheres jornalistas estejam cobrindo conflitos, “o campo” é frequentemente visto como um “negócio de homens”, ou um lugar onde as jornalistas não estão seguras. Um pretexto muito utilizado para não as enviar para este tipo de cobertura, como comprovam as respostas ao nosso questionário. Perguntadas sobre o tipo de discriminação de que as jornalistas são vítimas em seus países, 45% das entrevistadas citam a recusa em enviar colaboradoras para determinadas áreas consideradas “perigosas”.



A fotógrafa russa Victoria Ivleva é abordada pela polícia sozinha em uma manifestação em apoio ao jornalista e ativista preso Ilya Azar, em frente ao quartel da polícia em Moscou, em 28 de maio de 2020. © Dimitar Dilkoff / AFP

JORNALISTAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NA PRISÃO

Tal como os colegas do sexo masculino, as jornalistas não escapam ao risco de acabarem na prisão devido à sua atividade profissional. Na verdade, mais e mais delas estão sendo jogadas atrás das grades. De acordo com o [Balanço RSF 2020](#), dos 387 jornalistas presos em todo o mundo, 42 são mulheres, comparado a 31 em 2019 -- um aumento de 35%. Além de não serem poupadas das [condições de detenção por vezes muito duras](#), algumas dessas prisioneiras também enfrentam o risco de violência sexual.

Foi o caso da repórter multimídia egípcia **Solafa Magdy**, que cobre revoltas sociais, direitos das minorias e das mulheres, assim como temas relacionados ao [assédio sexual em seu país](#). Ela está presa desde novembro de 2019 por "[associação a um grupo terrorista](#)" e "[disseminação de notícias falsas](#)". Ela afirma ter tido o corpo revistado e ter sido forçada a se despir. Em agosto de 2020, ela afirma ter sido submetida a um exame ginecológico forçado, que causou sangramento intenso como resultado de uma cirurgia relacionada a um tumor uterino.

A vietnamita **Pham Doan Trang**, vencedora do [Prêmio RSF de Impacto em 2019](#), está em prisão preventiva desde

6 de outubro de 2020 acusada de fazer "[propaganda contra o Estado](#)". Suas investigações se relacionam com [a defesa dos direitos humanos](#), incluindo os direitos das mulheres e da comunidade LGBTQ+, e também com o massacre de camponeses que lutam contra a apropriação de suas terras pelas autoridades. Durante uma prisão anterior em 2018, Pham Doan Trang havia sofrido atos de tortura e violência de gênero.

Na China, considerada [a maior prisão do mundo para jornalistas](#), 15 dos 121 jornalistas presos no momento da redação deste relatório 15 são mulheres que exercem a profissão. Entre elas, **Mirza Muqaddes**, da *Xinjiang Education Press*, e **Hekim Anargul**, da *Kashgar Uyghur Press*, ambas detidas em 2019 por [suas ligações com a minoria muçulmana uigur](#). Muito pouco se sabe sobre as condições específicas de detenção das jornalistas em Xinjiang, no noroeste do país onde vive a maior parte da população uigur. Mas há muitos motivos para ficarmos alarmados. [Uma investigação recente da BBC](#) mostrou que, nesta região, estupros são sistematicamente perpetrados contra mulheres uigures detidas em campos de "reeducação" e que [esterilizações forçadas](#) podem ter ocorrido.

1.2. A WEB

Em junho de 2020, a repórter de TV australiana **Lily Mayers** ficou chocada ao encontrar dezenas de capturas de tela de seu feed do Instagram, cujo acesso é privado, em um fórum público seguido por mais de 81 mil internautas. Em uma delas, ela posa de biquíni, uma lembrança de férias. Em outra, ela está cercada por amigos em um casamento. Comentários sórdidos sobre seu físico acompanhavam cada uma das postagens. *“Mas nunca qualquer comentário sobre meu trabalho!”*, ironiza a jornalista do canal ABC, agora correspondente em Madrid. *Me senti objetificada.”*



[Contas de centenas de outras mulheres jornalistas](#), tanto iniciantes, quanto experientes, foram atacadas da mesma forma. *“Sabe-se que, há anos, homens um tanto sórdidos fazem capturas de tela de mulheres que aparecem na televisão. Mas não tínhamos ideia de que até mesmo nossas redes sociais estavam sendo vigiadas.”* A distorção de conotação sexual da imagem da jornalista, no entanto, tornou-se hoje uma das formas mais comuns de ataques sexistas e foi relatada por 65% daquelas que responderam o questionário da RSF.

Outra vítima desse fórum, **Antoinette Lattouf**, da Network 10, um dos principais canais de TV australianos, comentou: *“Para mim, isso infelizmente só reforça a necessidade de as mulheres terem cuidado. Precisamos ser extremamente vigilantes, tanto nas ruas quanto nos ambientes online.”* De acordo com nossa pesquisa, a internet se tornou ainda mais perigosa para as jornalistas do que “as ruas”. A maior parte da violência de gênero, hoje, ocorre no mundo online.

Onde a violência de gênero foi cometida? *



| | |
|------------|--|
| 73% | Na internet (e-mails, mensagens em redes sociais) |
| 58% | Fisicamente, no local de trabalho |
| 47% | Pelo telefone |
| 36% | Fisicamente, na rua |
| 15% | Por carta |
| 13% | Fisicamente, em casa |

Mais de uma resposta possível.

Os ataques na web são quase tão diversificados quanto numerosos. O [Dart Center for Journalism and Trauma](#), ligado à Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, identificou duas formas de invasão virtual, como a pirataria de contas e caixas de correio, e a divulgação de informações pessoais. Outro tipo de agressão comum: o envio de ameaças e a “trolagem”, que consiste em parasitar a presença digital da jornalista com mensagens intencionalmente danosas em cada uma de suas intervenções.

O assédio também pode ser orquestrado na forma de um “ataque em grupo”: internautas, muitas vezes anônimos, unem forças para atacar a mesma pessoa. Esses agressores podem se envolver espontaneamente, um após o outro, num efeito de bola de neve, sem organização prévia. O “bando” também pode atuar de comum acordo, instados por chamados em grupos de discussão privados.

Na França, o fórum Blabla 18/25 anos do site [jeuxvideos.com](#), propriedade da Webedia, está por trás de muitos ataques em grupo, incluindo um [contra Nadia Daam](#), sofrido após uma intervenção na rádio Europa 1, em que ela [denunciava este fórum](#) como terreno fértil para o assédio cibernético.

Em retaliação, a jornalista recebeu [uma torrente de insultos](#), incluindo uma fotomontagem de decapitação e ameaças de “*estuprar seu cadáver*”. Assim como ocorrido com Nadia Daam em 2017, o assédio cibernético a mulheres jornalistas é sistematicamente acompanhado de ameaças de estupro, insultos sexistas e intenções de destruir sua reputação.

“Recebo ameaças de estupro e assassinato diariamente, contra mim e minha família”, testemunhou [a repórter síria Yakeen Bido](#), conhecida como **Merna Alhasan**. Ela se tornou jornalista por força das circunstâncias. Quando as bombas de Bashar al-Assad começaram a chover em sua cidade, Idlib, no noroeste da Síria, ela fez questão de contar o que estava acontecendo com os civis. É hoje [uma das raras jornalistas](#) a estar presente tanto no campo, quanto nas redes sociais. Ela regularmente posta informações no [Twitter](#) e [no Facebook](#), onde têm dezenas de milhares de seguidores. Mas essa visibilidade cobra um preço alto: jornalistas próximos ao governo regularmente a criticam e várias calúnias, que chegam a insinuar que ela teria sido morta pelo pai, circulam nas redes sociais para desacreditar seu trabalho.

Na Índia, a colunista e jornalista investigativa **Rana Ayyub**, além de receber “*ameaças cotidianas de estupro e morte*” e de ser alvo de uma onda de ódio nas redes sociais, foi vítima de roubo de identidade. Os falsos avatares de Ayyub [criados no Twitter](#) atribuíam a ela [declarações improváveis](#), em que ela parecia apoiar estupradores de crianças e defender os muçulmanos contra o governo nacionalista hindu.

“A questão central é destruir a reputação da jornalista para que ela não possa mais trabalhar”, confirma Michelle Ferrier, professora na escola de jornalismo da Universidade da Flórida e fundadora da [associação Troll Busters](#), que apoia jornalistas visados por esses ataques. E para atingir esse objetivo, os internautas estão usando tecnologias cada vez mais eficientes. Rana Ayyub também foi vítima de um “deepfake” pornográfico. Nessa técnica, arquivos de imagem e de áudio são sobrepostos e manipulados para fazer o alvo dizer e fazer o que os perpetradores quiserem, criando vídeos falsos, porém realistas, com consequências devastadoras.

“Se uma pessoa qualquer assistisse ao vídeo sem prestar atenção aos detalhes e não percebesse que o cabelo não estava cacheado, que o corpo não era meu, apenas vendo o rosto, ela diria: “Oh, é a Rana Ayyub”, [explica a colunista](#) indiana para a Public Radio International (PRI). Poucas horas depois de publicar um artigo crítico ao Partido Nacionalista, a jornalista começou a receber capturas de tela do “deepfake” pornográfico pelas suas contas no WhatsApp, Twitter e Facebook. “Era como estar nua na frente do mundo. Eu vomitava, fui parar no hospital, tive palpitações por dois dias e minha pressão arterial explodiu. Não conseguia parar de chorar.”

Essa violência virtual é ainda mais perversa por ser quase impossível de conter. “Como provar, quando você é o alvo, que não é você? Se você tentar lidar com a questão, a dark web responderá que é porque você excluiu esse conteúdo”, explica Michelle Ferrier. *Enfrentamos desafios tecnológicos cada vez maiores e devemos trabalhar com as plataformas envolvidas para combater esse fenômeno.*”



A jornalista e autora indiana Rana Ayyub promove seu livro “Gujarat Files em Nova Delhi”, publicado de forma independente, em 27 de maio de 2016. © Chandan Khanna / AFP

1.3. AS REDAÇÕES

“Não se pode dizer que mulheres e homens são iguais na Dinamarca, isso não é verdade”, disse a apresentadora da versão dinamarquesa do famoso programa “X Factor”, **Sofie Linde**, durante uma festa televisionada no final de agosto de 2020. Diante das câmeras, desculpando-se por “quebrar a *hygge*” - [atmosfera acolhedora em dinamarquês](#) -, a apresentadora revelou que um alto funcionário da televisão pública DR ameaçou, [12 anos antes](#), [“acabar com a carreira dela”](#) se ela não fizesse sexo oral nele. Ela recusou.

Num país comumente [posicionado entre os líderes](#) em qualidade de vida para as mulheres, as declarações da apresentadora causaram uma onda de choque. “Ousar falar sobre sexismo e violência contra as mulheres era quase considerado um questionamento ao sentimento nacional”, observou [para o Le Monde](#) a pesquisadora Camilla Møhring Reestorff.

Em reação, [uma coluna assinada por mais de 1.600 mulheres](#) atuantes nos meios de comunicação foi publicada pelo jornal *Politiken*, um mês depois. O texto descreve o que essas jornalistas vivenciaram “em maior ou menor grau” ao longo de suas carreiras: “Comentários inadequados sobre nossa aparência ou roupas; mensagens escabrosas; comportamento físico que ultrapassa os limites; avisos sobre os homens a evitar na festa de Natal.”



A apresentadora dinamarquesa Sofie Linde no Zulu Comedy Gala 2020. Ao denunciar o assédio sexual nos meios de comunicação, ela reviveu o movimento #MeToo na Dinamarca.
© Martin Sylvest / Ritzau Scanpix / Ritzau Scanpix via AFP

Por quem foram cometidas essas violências?*



51%

Superiores hierárquico

50%

Autoridades (membros do governo, de forças policiais ou de instituições estatais).

46%

Colegas

46%

Militantes/membros de partidos políticos

44%

Anônimos

35%

Entrevistados

16%

Membros da família ou pessoas próximas

Mais de uma resposta possível.

A libertação das vozes das jornalistas na Dinamarca e, de forma mais geral, o reconhecimento de que as redações não são lugares seguros para elas - como nossa pesquisa também confirma - talvez não tivessem sido possíveis sem o surgimento, nos Estados Unidos, do movimento #MeToo.

#MeToo

Em julho de 2016, **Gretchen Carlson**, uma das principais apresentadoras da Fox News, [processou por assédio sexual](#) Roger Ailes, então CEO do canal americano. Ela relatou ter sido demitida por se recusar a ceder aos avanços do patrão. **Megyn Kelly**, outra apresentadora, afirmou ter sido objeto de propostas semelhantes 10 anos antes. Essas revelações custaram ao chefe da Fox News seu emprego, pouco antes de ele morrer de hemorragia cerebral em maio de 2017. Poucos meses depois, o movimento #MeToo ganhou uma escala sem precedentes nas redes sociais após um tweet da atriz americana Alyssa Milano. Ela ecoou o apelo da ativista afro-americana Tarana Burke para que as mulheres postassem esta hashtag (#MeToo) se já tivessem sido assediadas ou abusadas sexualmente.

Este tweet teve repercussões muito além de Hollywood. Depois do mundo do cinema, o movimento se espalhou pelo meio jornalístico, primeiro no Japão, onde a diretora **Shiori Ito** impulsionou, em fevereiro de

Este caso levou à [demissão de vários jornalistas](#), especialmente no diário *Libération* e no semanário *Les Inrocks*. Pelo menos dois deles contestaram sua demissão. O primeiro, que reivindicou mais de 225 mil euros de indenização, [teve o pedido indeferido, mas anunciou que recorrerá](#). O segundo, pedindo mais de 350 mil euros, foi direcionado de uma corte de conciliação [a um profissional magistrado](#). Este escândalo também levou várias redações francesas a anunciar o lançamento de auditorias internas sobre assédio sexual. As investigações internas levaram a demissões em várias redações, como [na revista cultural *Telerama*](#) e no *Huffingtonpost.fr*, onde três jornalistas contribuíam para um grupo de discussão privado denominado “Radio Bière Foot” [Rádio Cerveja Futebol] que incluía cerca de 20 colegas do sexo masculino. Estes últimos comentavam em particular sobre o físico das mulheres da redação. Um de seus alvos, [de ascendência asiática, foi apelidada de “Pupute”](#) e associada ao emoji do ditador norte-coreano Kim Jong-un. *“Tornou-se um grupo de discussão super marcado pelo gênero, mas na época eu não tinha consciência disso”*, comentou em retrospectiva um dos membros ao jornal *Libération*.

No processo, a associação Prenons la une, que defende uma melhor representação das mulheres e a igualdade profissional nos meios de comunicação, a página [Paye ton journal](#), que reúne depoimentos de assédio e comentários sexistas na imprensa, e o movimento feminista #NousToutes lançaram uma pesquisa participativa sobre os [comportamentos misóginos nas redações francesas](#). A pesquisa, intitulada [#EntenduALaRédac](#), revelou a [magnitude do problema](#). Os depoimentos relataram incidentes em 270 meios de comunicação. Entre as redações citadas, 208 são mencionadas por comentários de conotação sexual ou agressão sexual. [Por exemplo](#): *“Eu não sei se ela vai conseguir, é preciso força ... e ela é uma mulher.”* Ou: *“Vou agendar a sua reportagem para amanhã às 7 horas, para que eu possa me masturbar na cama, ouvindo você.”* Todos os tipos de mídia estão envolvidos: local, nacional, geral, imprensa especializada, assim como escolas de jornalismo.

O DESPERTAR DAS REDAÇÕES INDIANAS DIANTE DO ASSÉDIO

© DR



Rituparna Chatterjee é editora-chefe adjunta do escritório para a Ásia do diário britânico The Independent e representante da RSF na Índia. Com experiência em questões de gênero, ela também

está comprometida com a luta contra o assédio sexual a mulheres jornalistas na Índia.

Você foi uma das promotoras da hashtag #MeTooIndia e da conta do Twitter de mesmo nome, seguida por mais de 55 mil internautas. Por que você lançou um movimento desses?

Todas as jornalistas na Índia já sofreram assédio. É até uma espécie de piada de mau gosto, um “rito de passagem” nesse meio. Parei de contar o número de vezes que recebi propostas inadequadas de colegas ou de fontes. É tão comum. Certa vez, em troca de acesso a um arquivo ainda não divulgado, um funcionário do governo me disse: “O que você vai me dar em troca? Você sabe muito bem o que eu quero dizer.” O movimento #MeToo permitiu

que jornalistas percebessem que o assédio afeta todas as gerações até hoje. Em 2018, abrimos uma conta no Twitter para veicular depoimentos sobre o assunto, grande parte deles provenientes de jornalistas. Compartilhamos recursos jurídicos e psicológicos para ajudar.

Qual foi o impacto desse movimento?

As jornalistas experientes perceberam que as jovens que entram na profissão passam por tudo o que elas mesmas enfrentaram no início. Há 20 ou 30 anos, elas ainda não associavam isso à violência. Era banalizado. Hoje, as jovens jornalistas levantam a voz para denunciar isso. Assim, as redações estão despertando e instaurando “comitês internos para as denúncias”. Pela lei, essas estruturas, às quais as mulheres podem recorrer para relatar assédio, deveriam existir em todas as empresas com mais de 10 funcionários. Nossa profissão ainda é muito pouco controlada. As redações são organizadas de forma a funcionar contra os interesses das mulheres e de outras castas e minorias de gênero.



Manifestação contra o assédio sexual na indústria da mídia em Nova Delhi, 13 de outubro de 2018. Na Índia, o movimento #MeToo causou a queda de estrelas de Bollywood, de um ministro e de jornalistas importantes.
© Chandan Khanna / AFP

2 | QUEM SÃO AS JORNALISTAS NA LINHA DE FRENTE?

2.1. AS ESPECIALISTAS EM DIREITOS DAS MULHERES

O nome dela era **Malalai Maiwand**. Em 10 de dezembro de 2020, ela foi [morta, assim como seu motorista](#), por dois homens armados, a caminho de seu local de trabalho, a estação de televisão privada Enekaas TV, em Jalalabad, leste do Afeganistão. [O ataque foi reivindicado pelo grupo Estado Islâmico](#). Maiwand foi uma das duas jornalistas assassinadas em 2020 (entre os [50 jornalistas mortos em todo o mundo](#) ao longo do ano passado). Malalai Maiwand, 30, também era representante em Jalalabad do Centro Afegão para a Proteção de Mulheres Jornalistas ([Center for the Protection of Afghan Women Journalists, CPAWJ](#)), que apoia muitas repórteres que trabalham em províncias remotas. A diretora da organização, Farida Nekzad, descreveu sua ex-colaboradora como “*um modelo para muitas jornalistas afegãs*”. Ela não era apenas uma jornalista, mas também uma mulher engajada com [os direitos das outras mulheres](#). Isso a tornou um alvo preferencial para grupos radicais ativos no país.



A cobertura de temáticas relacionadas aos direitos das mulheres “*pode revelar-se arriscada em alguns países, no momento em que ela implique abalar tradições e despertar as consciências submetidas à sociedade machista*”, destacou a diretora do Observatório para a Igualdade de Gênero da Espanha e professora de jornalismo, Juana Gallego, no relatório “[Droit des femmes : enquêtes interdites \[Direitos das mulheres: investigações proibidas\]](#)”, publicado pela RSF em março de 2018.

Dos 942 jornalistas mortos nos últimos 10 anos, 43 são mulheres e pelo menos quatro delas, incluindo Malalai Maiwand, pagaram com a vida por terem trabalhado mais especificamente com a temática das mulheres. A mexicana **Miroslava Breach**, correspondente do *La Jornada* e do *Norte de Juarez*, no estado de Chihuahua, México, foi [assassinada em seu carro em 23 de março de 2017](#), aos 54 anos. Ela cobria o crime organizado, casos de corrupção e já havia reportado sobre os diversos feminicídios cometidos na região de Ciudad Juarez. A indiana **Gauri Lankesh**, editora-chefe do semanário laico e feminista *Gauri Lankesh Patrike*, [foi morta em 5 de setembro de 2017](#) no sul da Índia, em Bangalore. Tinha 55 anos e regularmente denunciava os obstáculos impostos às mulheres pelo sistema de castas. Ela se opunha ao governo nacionalista hindu, criticando suas políticas sexistas e o “*sistema de hierarquia social em que as mulheres são consideradas uma segunda classe*”. Em 2013, a iraquiana **Nawras al-Nuaimi**, estudante de jornalismo e apresentadora da TV al-Mosuliya, foi morta a tiros por homens armados perto de sua casa em Mossul, numa época em que a Al Qaeda estava particularmente presente.

Quando não é a morte, a prisão pode ser um preço alto a ser pago pelas jornalistas que ousam se interessar pelo destino de suas concidadãs. Das 42 jornalistas presas na época da publicação do último [Balanço RSF](#), em dezembro de 2020, pelo menos duas delas foram jogadas atrás das grades por trabalharem pela causa das mulheres. Solta em liberdade condicional em 7 de fevereiro de 2021, a jornalista saudita **Nouf Abdulaziz al-Jerawi** foi [presa em junho de 2018](#) e [torturada, eletrocutada e sexualmente molestada](#) durante sua detenção. Em seu blog agora inacessível, ela denunciava, sobretudo, o sistema de “*tutela masculina*” imposto às mulheres sauditas ao longo de suas vidas, tornando-as eternas menores perante



Cartaz exibido durante uma passeata condenando o assassinato da jornalista Gauri Lankesh. Mumbai, 6 de setembro de 2017.
© Punit Paranjpe / AFP

a lei, sujeitas à boa vontade de um pai, irmão ou marido. Presa na mesma época, **Nassima al-Sada** [permanece atrás das grades](#) por “comunicação com entidades estrangeiras hostis” e “atentado à moral e à ordem pública”. [Entre outras coisas, ela escreveu](#): “Por que um menino menor de idade deveria ser o guardião de uma mulher adulta? Por que não existe uma idade em que a mulher se torna adulta, responsável por suas decisões e por sua vida? Por que um homem tem que decidir por ela?”

Outra jornalista da Arábia Saudita, **Eman al-Nafjan**, fundadora do blog Saudiwoman, que se destacou pelo apoio à luta das mulheres sauditas pelo direito de dirigir, também foi presa em maio de 2018. Ela foi finalmente libertada sob fiança no final de março de 2019. Nesse mesmo ano, a RSF concedeu-lhe o [Prêmio da Coragem pela Liberdade de Imprensa](#). Mas ela não pôde comparecer à cerimônia de premiação porque foi proibida de deixar o país. Tampouco pode falar em público, assim como ocorre hoje com Nouf Abdulaziz Al Jerawi. Essas libertações sob alta vigilância são outra forma de obrigá-las a permanecer em silêncio.

“**O fato de as mulheres estarem acostumadas a escrever sobre mulheres, feminismo, mas também sobre assuntos delicados como direitos humanos e os direitos das minorias, as expõe duplamente ao risco de assédio cibernético, que quase sempre inclui insultos de natureza sexual.**”

Testemunho oriundo da pesquisa RSF. País em questão: Espanha.



O então presidente dos EUA, Donald Trump, durante a coletiva de imprensa diária sobre a Covid-19 na Casa Branca, em 25 de março de 2020. © Mandel Ngan / AFP

“TRUMP TROUXE AS QUESTÕES DE GÊNERO PARA O PRIMEIRO PLANO”

A jornalista americana Nina Martin, chefe de seção no site de investigação [Reveal](#), relembra sua experiência como repórter especializada em questões ligadas a gênero e aos direitos reprodutivos. Embora Joe Biden tenha acabado de ser eleito presidente dos Estados Unidos, ela acredita que os anos Trump terão um impacto duradouro em sua maneira de trabalhar.

O seu gênero influencia a maneira como você exerce o seu trabalho?

Não. Você não precisa ser mulher para trabalhar pelos direitos das mulheres. Mas o fato de ser uma mulher, lhe dá uma perspectiva singular. Não é por acaso que a maior parte das reportagens no New York Times e no Washington Post sobre o #MeToo foram feitas por mulheres jornalistas. No início da minha carreira, ouvi muitas vezes jornalistas do sexo masculino reclamando que não conseguiam lidar com mulheres vítimas de violência doméstica e sexual. Os repórteres homens rejeitavam com frequência as mulheres por serem “históricas” e, portanto, sem credibilidade.

Qual foi o exemplo que mais te marcou?

Quando eu trabalhava no [meu projeto pioneiro “Lost Mothers”](#), sobre a mortalidade materna nos Estados Unidos, frequentemente encontrava a mesma negação por parte de médicos do sexo masculino. Eles não conseguiam acreditar que inúmeras mulheres sofriam com danos relacionados ao parto - e, pior, que o sistema médico era frequentemente o culpado por isso. Ao longo da minha carreira, sempre

tive o cuidado de incluir histórias de mulheres no centro de minhas reportagens, envolvendo-as como especialistas ou como principais sujeitos de pesquisa. Em vez de ser desencorajada pela “emotividade feminina”, tento entender a origem da raiva e da dor das mulheres. Isso é algo que muitos jornalistas do sexo masculino ainda têm dificuldade em fazer.

Que avaliação profissional você faz dos quatro anos de Trump na presidência?

Até sua eleição, muitos jornalistas não imaginavam que a extrema direita poderia vencer sua antiga luta para limitar os direitos reprodutivos e econômicos das mulheres. Hoje, nos Estados Unidos, as questões de sexo e gênero estão no centro das políticas. Por ser um misógino, um agressor sexual, um aliado dos extremistas antifeministas e da direita cristã patriarcal, Trump trouxe as questões de gênero e sexo para o primeiro plano. É o caso das lutas em torno dos direitos reprodutivos e da saúde, bem como do impacto desproporcional da pandemia sobre as mulheres ativas.

2.2. AS ESPECIALISTAS EM ESPORTES E POLÍTICA

“Nós só queremos trabalhar em paz. Essa é a reivindicação de [cerca de cinquenta jornalistas esportivas brasileiras](#), que iniciaram o movimento [#DeixaElaTrabalhar](#) para denunciar os beijos forçados de torcedores e outros comportamentos inadequados aos quais são confrontadas. “Sabemos que ser uma jornalista em uma equipe editorial predominantemente masculina podia e ainda pode nos expor a comportamentos inadequados” comentaram, por sua vez, 37 mulheres jornalistas do diário esportivo francês *L'Equipe* num [comunicado de apoio](#), publicado após uma série de revelações de casos de assédio nas redações. As jornalistas esportivas são minoria tanto nas redações, quanto em campo, o que as torna mais propensas a comentários ou clichês sexistas. “No início da minha carreira, havia tão poucas mulheres no ambiente de mídia que já fui confundida com uma garçonete em alguns jogos de futebol. Me perguntaram várias vezes: ‘Ainda tem torta?’”, relatou a jornalista esportiva australiana **Jessica Halloran** em [um relato pessoal para a edição local da revista Vogue](#).



*Jornalistas esportivas brasileiras lançam campanha contra o assédio e a discriminação nos estádios, salas de imprensa e redes sociais.
© Captura de tela manifesto #DeixaElaTrabalhar*

Na França foi [um comentarista esportivo](#) que gerou alvoroço em 2018. Questionado na internet por uma espectadora sobre “por que nunca há mulheres comentando os jogos de futebol?”, ele respondeu: “Uma partida de futebol masculino comentada por uma mulher? Eu sou contra (...) Num ato de loucura, ela vai exagerar nos agudos e vai ser delicado.” Para muitas jornalistas esportivas, foi a gota d’água. “Não esconda o seu machismo sob a desculpa esfarrapada do tom de voz. As mulheres não detêm o monopólio dos agudos”, reagiu [no Twitter Anne-Laure Bonnet](#), apresentadora do Beln Sports, ela mesma alvo de comentários sexistas.

Apesar disso, a jornalista acredita que as mentalidades estão mudando na direção certa. Embora haja apenas 10 a 15% de mulheres especializadas em esportes hoje, “podemos começar a ficar otimistas, já que esses 10-15% não existiam há alguns anos”, comentou ela [em uma entrevista](#) concedida à revista *Terrafemina*. Citando o exemplo de colegas reconhecidas em seu trabalho e do crescente interesse, inclusive financeiro, pelas equipes esportivas femininas, a australiana Jessica Halloran também conclui em tom positivo: “Olhando para o futuro, tudo está cada vez melhor. Não está perfeito, mas está melhor. Até os estádios estão se tornando cada vez mais adequados para as mulheres.”

Constatação similar às feitas por jornalistas especializadas em política, outra arena tradicionalmente masculina. A aprovação de leis de paridade, especialmente na França, deixou de fazer da política um bastião da masculinidade. Mas alguns traços misóginos teimam em permanecer. “É um deputado nos acolhe na Quatre-Colonnes, pequena sala no coração da Assembleia Nacional [Francesa, nota do editor], com um sonoro: ‘Ah, mas você está rodando bolsinha, está esperando pelo cliente!’. É outro que passa a mão nos nossos cabelos, deleitando-se com o retorno da primavera. No Senado, é um parlamentar que lamenta que usemos gola rolê e não decote. É um candidato às primárias que, diante de vários microfones masculinos, decide responder à nossa pergunta num dia de verão ‘porque ela, ela está usando vestido bonito’. É também a estrela em ascensão de um partido que insiste em nos ver à noite, fora dos lugares e horários do poder. Entre as paredes do gabinete, é um político cujos avanços só param com a ameaça de um registro de ocorrência por assédio”, enumera um coletivo de 40 mulheres jornalistas políticas [em uma coluna](#) publicada na França, em 2015.

Françoise Giroud, importante diretora e editora da França, promoveu muitas repórteres políticas durante os anos do pós-guerra, porque “estava convencida de que os políticos do sexo masculino se revelariam

mais facilmente às mulheres”, relembram as cossignatárias da coluna. Infelizmente, lamentam as jornalistas, “[nós] vivemos essa ambiguidade diariamente, uma ambiguidade muitas vezes encorajada pelos políticos do sexo masculino”. Ainda hoje, como revela a pesquisa da RSF, metade dos participantes (50%) aponta que a violência de gênero contra mulheres jornalistas é perpetrada por autoridades, representantes do Estado, políticos ou personalidades que ocupam cargos elevados.

Essa violência é principalmente verbal. O desprezo e os [comentários sexistas](#) do ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump em relação às jornalistas, sejam elas repórteres generalistas ou [correspondentes na Casa Branca](#), marcaram sua presidência. O mandato de Trump (2017-2021) foi caracterizado pelo ressurgimento de mentalidades arcaicas. Em julho de 2019, o candidato republicano a governador do Mississippi, Robert Foster, recusou que a jornalista **Larrison Campbell** cobrisse sua campanha sem a presença de um colega do sexo masculino, “[por respeito à sua esposa e à fé cristã](#)”, explicou ele. Bill Waller, um segundo candidato republicano para o mesmo cargo, corroborou o gesto pouco depois, argumentando que para ele, também, era “[bom senso](#)”.

Os cargos de poder também favorecem o assédio sexual e quão mais elevada a posição do assediador, mais ele sente que pode agir de forma desinibida e mais certeza ele tem da impunidade. Nas Maldivas, **Rae Munavvar**, editora do *The Edition*, versão em inglês do diário *Mihaaru Daily*, prestou [queixa contra o diretor de comunicação da Presidência da República](#). “Ele deu em cima de mim, oferecendo tratamento preferencial para mim e para a redação para a qual trabalho como editora, em troca de ‘passar um tempo com ele’ em um hotel ou em seu apartamento no Sri Lanka”, [resumiu ela](#). O político sugeriu em seguida que poderia facilitar a nomeação de seu pai, um ex-promotor, para um cargo na embaixada. O [tweet revelando a sua abordagem](#) foi massivamente compartilhado. [O suposto agressor renunciou](#) a suas funções em janeiro passado.

As jornalistas também podem ser alvo de assédio institucional. “São, em primeiro lugar, representantes do governo que a tomam por alvo, chamando-a de “fake news”, de “inimiga do povo” ou de “jornalista lifafa” (jornalistas pagos, corruptos)”, diz a jornalista paquistanesa **Benazir Shah**, que trabalha para o canal de televisão Geo News, em [uma coluna](#) escrita com cerca de vinte colegas. “Após esse assédio institucional, contas do Twitter ostentando a bandeira do Movimento pela Justiça do Paquistão [o partido no poder, nota do editor] ou uma foto do primeiro-ministro Imran Khan a perseguem e a bombardeiam com insultos”. O assédio inclui “ameaças de violência sexual e física [que] têm o potencial de incitar a violência”, disse o comunicado conjunto.

No Brasil, foi também no mais alto escalão do governo que se organizou o assédio à eminente jornalista investigativa **Patrícia Campos Mello**, do jornal *Folha de São Paulo*. O presidente Jair Bolsonaro e seus filhos que ocupam cargos eletivos a acusaram de ter “*extorquido*” informações em troca de favores sexuais, após a publicação de uma [reportagem](#) sobre fundos privados usados ilegalmente pelo presidente para financiar campanhas de desinformação com foco em influenciar o eleitorado brasileiro na última eleição presidencial. A isso, se seguiu uma campanha de assédio cibernético extremamente violenta a tal ponto que a jornalista foi forçada a ser [acompanhada por um guarda-costas](#).



Presidente brasileiro Jair Bolsonaro
© Luis Alvarenga / Getty Images South America

Mello respondeu processando o presidente e outras autoridades. No final de janeiro de 2021, a jornalista conquistou uma primeira vitória jurídica: um dos filhos do presidente, Eduardo Bolsonaro, foi [condenado por 'injúria à honra'](#) da jornalista e a pagar uma indenização de 30 mil reais. “Vivemos em um novo mundo de censura e assédio, entregue a exércitos de trolls patrióticos e amplificado por bots no Twitter, Facebook, Instagram e WhatsApp”, lembrou Patricia Campos Mello durante uma [premição](#) do [Comitê para a Proteção de Jornalistas \(CPJ\)](#). “As jornalistas são as principais vítimas. Com muito mais frequência do que colegas

do sexo masculino, nossos pais e filhos são vítimas de intimidação, nossa aparência é ridicularizada, nossos endereços e números de telefone são expostos e estamos sujeitas a ameaças violentas tanto no mundo online, quanto na vida real.”



A jornalista indiana Barkha Dutt do lado de fora de um hospital de Nova Delhi em 12 de junho de 2020, depois que as autoridades abrandaram as restrições ligadas à prevenção da Covid-19. Ela percorreu todo o país - 23.000 km em 100 dias - para revelar como “o exército dos pobres” havia sofrido com a pandemia. © Prakash Singh / AFP

2.3. OS FATORES AGRAVANTES

Ser oriunda de uma minoria representa um risco adicional às mulheres jornalistas. Jornalistas lésbicas, bissexuais e trans estão entre os perfis mais vulneráveis à violência.

A violência sexual e de gênero observada é agravada por outros tipos de violência ou comentários? *



36%

36%

29%

19%

Comentários racistas e/ou insultos racista

Lesbofobia

Comentários relacionados a religião e/ou insultos

baseados na religião

Transfobia

Mais de uma resposta possível.

As minorias visadas pelo ódio variam de acordo com os contextos geopolíticos. Na Guatemala, o participante da pesquisa da RSF menciona aquelas “*oriundas de comunidades indígenas*”. “*Os comentários são baseados nas etnias*”, observa o participante do Togo. “*As mulheres imigrantes, geralmente negras e muçulmanas*”, aponta o da Noruega. O da Holanda cita [o relatório “Un climat dangereux” \[Um clima perigoso\]](#), das pesquisadoras Marjolein Odekerken e Laura Das, publicado em [maio de 2019](#), que estabelece que cerca de metade das jornalistas, especialmente as de origem imigrante, foram vítimas de violência, intimidação ou ameaças relacionadas ao seu trabalho.

A Coalizão de Mulheres no Jornalismo ([Coalition For Women In Journalism, CFWIJ](#)) [verificou](#) que “*mulheres negras, asiáticas, latinas e multirraciais são 34% mais propensas a ser alvo de menções abusivas e tweets problemáticos do que mulheres brancas*”.



Questionada sobre o tema pela [Columbia Journalism Review](#), a jornalista negra americana Imani Gandy, empregada do grupo Rewire, explica: “*Eu não conheço nenhuma mulher negra que possa deixar seu “DM” acessível* [suas mensagens privadas nas redes sociais, nota do editor]. “ Seguida por mais de 230 mil pessoas no Twitter, Gandy ativa os “filtros de qualidade” do aplicativo antes de postar qualquer artigo potencialmente viral. Essa ferramenta permite que ela receba apenas comentários e respostas de contas que segue.

Internamente, nas redações, ser jornalista mulher de uma minoria nunca é trivial. [Numa coluna para o Business Insider](#), a jornalista Neha Maqsood, que se apresenta como “*Muçulmana paquistanesa*” e colabora com muitos veículos anglo-saxões, aponta para o risco de limitar jornalistas de minorias a certos assuntos. “*Como uma mulher de pele escura, fui obrigada a garantir que as histórias e acontecimentos até então não cobertos pudessem vir à tona*.” Mas ela lamenta: “*Eu posso continuar a escrever sobre raça e a cobrir as comunidades sub-representadas e suas histórias, mas também quero que o mundo da mídia me veja além da minha cor de pele. (...) Já é hora de nossas histórias serem aceitas tanto apesar da cor da nossa pele, quanto graças a ela*.”

A DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MÃES

O questionário da RSF também destaca que as jornalistas que se tornam mães são outra categoria vulnerável à violência. Dentro das redações, observa-se discriminação. “*Os contratos não são mais assinados ou não são renovados quando elas engravidam*”, especifica a participante do Peru. Na França, a jornalista esportiva **Clementine Sarlat** revelou, [em uma entrevista ao L'Equipe](#) em abril de 2020, ter sofrido perseguição quando trabalhava no departamento de esportes da France Télévisions, especialmente quando ela voltou da licença maternidade. Dias de licença foram descontados embora ela tenha negociado períodos de trabalho remoto com seus superiores. Foi o gatilho para ela se demitir: “*Eu disse a eles: ‘Vocês não punem os três quartos dos velhos que nunca vêm trabalhar. Eu trabalho em casa, tenho provas, e vocês me tiram dias pelas minhas costas?’ Eu decidi partir*.”



Clementine Sarlat
© Remy Gabalda / AFP

O fato de ser mãe também pode multiplicar o ódio do qual a jornalista é objeto na Internet. A jornalista investigativa brasileira Patrícia Campos Mello não foi a única que viu o assédio cibernético transbordar rapidamente para seus filhos. Na França, [a filha de 11 anos](#) da jornalista Nadia Daam [também foi ameaçada de estupro](#). No Reino Unido, **Amy Fenton**, jornalista do diário local *The Mail in Barrow* na Cúmbria, foi [obrigada a deixar sua casa](#) devido a ameaças dirigidas não somente a ela, mas à sua filha de 5 anos. Na Irlanda do Norte, a família da jornalista investigativa **Patricia Devlin** também foi alvo desse [tipo de agressão](#), sobretudo nas redes sociais. Entre as ameaças, estava a de violentar o bebê que ela acabara de ter.

Qualquer que seja o status da jornalista - freelancer, empregada, estagiária - e o tipo de contrato sob o qual ela trabalha - contrato por prazo determinado ou indefinido - todas as jornalistas são, de forma geral, vulneráveis. Os resultados do questionário da RSF mostram que todas as categorias de contratos e status são igualmente afetadas. Ser assalariada com contrato permanente não protege a jornalista de potencial violência sexual. Por outro lado, quanto mais uma jornalista ocupa uma posição precária, menos amplitude terá para fazer sua voz ser ouvida e ser defendida.

© Daniel Bastard / RSF



AROOJ IQBAL, MORTA POR QUERER FUNDAR UM JORNAL

Ela queria ser a primeira jornalista paquistanesa a abrir seu próprio jornal. Não teve tempo: **Arooj Iqbal** foi a primeira mulher na história do Paquistão a ser morta por trabalhar como jornalista.

Em 25 de novembro de 2019, poucas horas antes do lançamento da primeira edição do *Choice*, a publicação local que ela acabara de fundar, os restos mortais da jornalista de 27 anos foram encontrados em uma rua de Lahore, megalópole no leste do país. O principal suspeito é seu ex-marido, também jornalista, dono de um jornal local especializado em notícias diversas.

“Ele queria que ela desistisse de abrir seu próprio jornal”, explica o irmão da vítima, Yasir Iqbal. [Entrevistado pela RSF](#), ele confirmou que a jornalista havia apresentado queixa após ameaças de morte feitas por seu ex-marido, que exigia que ela abandonasse a carreira de repórter.

De acordo com [um relatório](#) publicado em 2018 pelo parceiro da RSF no Paquistão, Freedom Network, a proporção de mulheres jornalistas na profissão não ultrapassa os 5%. Entre outras dificuldades, elas têm que enfrentar muitas formas de discriminação: salários mais baixos, confinamento aos temas chamados “femininos”, assédio moral ou sexual e pressão familiar para dissuadi-las de trabalhar em um ambiente dominado por homens.

“O brutal assassinato de Arooj Iqbal é um sintoma do clima de grande insegurança em que as jornalistas trabalham no Paquistão, observa o diretor do escritório da RSF na Ásia-Pacífico, Daniel Bastard. Dependência de seus superiores homens, desprezo, ameaças, violência... É uma luta diária para elas.”



© Getty Images

3 | AS CONSEQUÊNCIAS PARA O JORNALISMO

3.1. DO TRAUMA AO SILÊNCIO

Ninguém sai ileso da violência de gênero. As sequelas podem aparecer mais tarde como choque pós-traumático. Esse estado se manifesta na forma de distúrbios do sono, de dificuldade de concentração e de estresse emocional. Mas também como “*enxaquecas, dores de estômago, ansiedade severa*”, lista a jornalista francesa **Anaïs Condomines**, coautora do livro *Cyberharcèlement - Bien plus qu'un mal virtuel* [Assédio virtual - muito mais do que um mal virtual]. “*O seu espaço mental fica saturado, continua ela. Impossível se concentrar para trabalhar. As consequências são muito concretas.*”

Que consequências pessoais teve essa violência nas mulheres vitimadas? *



| | |
|------------|---|
| 79% | Estresse |
| 65% | Angústia |
| 54% | Medo de perder o emprego |
| 50% | Perda de autoestima |
| 49% | Medo por sua vida |
| 43% | Encerramento temporário ou permanente de contas nas redes sociais |
| 36% | Depressão |
| 11% | Mudança de endereço |

Mais de uma resposta possível.

Anaïs Condomines sofreu vários ataques coordenados em consequência a artigos que publicou sobre feminismo ou imigração. A primeira vez foi em 2017, após uma pesquisa sua mostrando que um fórum no



*Julie Hainaut, jornalista residente na cidade francesa de Lyon, que teve de limitar suas aparições em público depois de ser alvo de uma violenta campanha de assédio cibernético.
© Bruno Amsellem / Divergence*

site jeuxvideos.com estava na origem de inúmeros ataques machistas. *“Ironicamente, acabei sendo atacada também. Uma boa prova das informações que compartilhei no artigo.”* Por vários dias seguidos, ela recebeu insultos e ameaças de morte. Fotos de seu parceiro da época circularam junto à alegação de que se tratava de um esturpador de crianças. *“Eu tive sorte de isso não ter ido mais longe”,* considera Anaïs Condomines, para então concluir: *“Em pessoas com alguma fragilidade, isso pode levar ao burnout e à depressão.”*

As vítimas de assédio e perseguição cibernética, como Condomines, dizem se sentir *“muito sós”*. Outra jornalista francesa, **Julie Hainaut**, visada por ativistas de extrema direita há três anos após escrever [uma crônica](#) sobre um bar que exaltava o espírito colonial, diagnosticou: *“O assédio cibernético é traumático por si só. Mas tudo que o acompanha é igualmente impactante: a surdez estatal e judicial, a falta de apoio e o silêncio da equipe editorial e as pessoas ao redor culpando você por ser uma vítima. Os discursos explicando que você simplesmente precisa desligar o computador ou que 'são apenas insultos e ameaças' me preocupam. Isso banaliza o ódio. (...) Essas falas, além de perturbadoras, são extremamente preconceituosas”,* conclui. Hainaut se sente ainda mais sozinha depois de um de seus perseguidores, condenado a seis meses de prisão em primeira instância, ter sido absolvido em dezembro de 2020 durante seu julgamento de apelação sob o pretexto de erros de procedimento.

As consequências dessas pressões e os traumas sofridos pelas jornalistas foram medidos em 2016 por um [estudo](#) da [Association of Media Women in Kenya \(AMIK\)](#) e da organização [Artigo 19](#) intitulado *“Women Journalist's Digital Security”*. A violência online *“visa principalmente provocar a autocensura e desencorajar as jornalistas de escrever ou cobrir assuntos que possam torná-las alvo de abusos”,* observam os autores. Na Índia, Rana Ayyub, jornalista perseguida na internet há vários anos (cf. p. 10) confirma esse fenômeno de autocensura induzida [em um texto publicado pelo Huffington Post](#): *“Desde o dia em que o vídeo foi postado não sou mais a mesma. Eu, que não hesitava em expressar minha opinião, hoje redobro minha cautela na internet, mesmo que isso signifique me censurar mais do que o razoável.”* Na França, Anaïs Condomines também reconhece que agora enfrenta o seguinte dilema: *“Existe uma relação risco/benefício. Esse tweet que vai me permitir expressar minha opinião, defender uma causa, vale realmente o custo de ser postado? Será que eu vou querer, em seguida, receber uma centena de insultos, ter uma noite ruim ou vários dias infernais?”*

Que repercussões profissionais essa violência tem/teve nas mulheres vítimas? *



| | |
|------------|--|
| 48% | Autocensura |
| 37% | Queda na motivação |
| 22% | Encerramento de contas nas redes sociais ou/e jornalista privada de suas redes profissionais |
| 21% | Pediu demissão/ não desejou renovar seu contrato |
| 21% | Fim de sua especialidade |
| 13% | Demitida/ contrato não renovado |

Mais de uma resposta possível.

Embora a autocensura seja claramente a consequência mais frequente - para quase metade dos participantes da pesquisa realizada pela RSF -, ela não é a mais radical. O estudo "[Women Journalist's Digital Security](#)" também aponta que "o assédio digital leva as mulheres a abandonarem o uso da internet e, em muitos casos, a pararem de trabalhar por um tempo." Essa constatação se reflete nos resultados do nosso questionário: o fechamento de contas nas redes sociais e/ou o fato de a jornalista se ver privada de suas redes profissionais é citado por 22% dos participantes como uma das consequências do assédio. Um número semelhante de participantes da pesquisa indica que, até onde sabem, mulheres jornalistas pediram demissão por causa da violência sexual e de gênero que sofreram no contexto de trabalho.

"Quando comecei, via muitas outras mulheres jovens, observou a fotojornalista romena Andreea Campeanu, atuante no Sudão do Sul. Mas com o tempo, somos empurradas para fora." Ela atribui esse descontentamento, em particular, a um contexto de assédio persistente do qual ela mesma tem sido alvo: "O administrador de um compound [assentamento humanitário vigiado, nota do editor] me mandava mensagens de texto explícitas à noite. Eu não respondia, mas era obrigada a lidar com ele todos os dias para negociar diversas autorizações. Não é algo sobre o qual seja possível reclamar, pois as portas poderiam ser fechadas para mim. Então eu aguento, mas é cansativo."

Às vezes, são os próprios meios de comunicação que contribuem para pôr de lado jornalistas de suas equipes que tenham sido vítimas de agressões. Depois de ser violentada no Egito (cf. p. 6), a jornalista francesa Caroline Sinz foi confrontada com a dúvida em seu ambiente profissional e com o silêncio de sua direção que não queria "que eu dissesse que foi estupro, era tabu" e se viu "proibida" de voltar a realizar reportagens no exterior. Uma medida que a repórter experiente vivenciou muito mal e que a levou a solicitar uma transferência. "Estava acabado para mim. Para me curar, tive que fazer o luto de um trabalho que eu havia realizado por anos. Comecei de novo do zero."

As pressões que empurram as jornalistas para "fora" também podem aumentar quando a violência ocorre em sociedades tradicionalmente conservadoras. A representante da RSF na Índia (ver caixa p. 14), Rituparna Chatterjee, relembra o impacto no seu ambiente familiar: "Se uma vítima de assédio se abrir para seus pais ou parentes, ela pode ser pressionada a deixar o emprego, sob o pretexto de que aquele não é um lugar seguro para ela." A pressão para encerrar a carreira será ainda maior, pois "os pais muitas vezes temem que uma mulher que opta por ser jornalista não seja um bom partido no 'mercado matrimonial', porque ela teria a reputação de ser uma pessoa destemida, com opiniões próprias. E diante das pressões dos sogros e dos maridos, muitas mulheres desistem da profissão após o casamento"

No Paquistão, a jornalista do canal de TV Aaj News, **Asma Shirazi**, [fez a mesma observação](#). “Meus parentes não se atrevem mais a me seguir nas redes sociais para não ter que sofrer com os comentários ofensivos que os trolls publicam para me calar. Até minha mãe me pediu para largar o jornalismo”, lamenta a [ganhadora do prêmio Peter Mackler 2014](#).

3.2. O IMPACTO SOBRE O PLURALISMO

A diretora do Centro para a Proteção das Jornalistas Afegãs (CPAWJ), Farida Nekzad, não esconde sua preocupação com a evolução das negociações de paz entre o governo afegão e os talibãs, iniciadas em setembro de 2020: “As mulheres, assim como a liberdade de imprensa, não são suficientemente levadas em consideração.” Ela também não esquece que “os talibãs sempre disseram que não permitiriam que as mulheres trabalhassem, sobretudo na televisão. Eliminar as mulheres jornalistas é impor o silêncio a todas as outras”, resume a diretora do CPAWJ. *No Afeganistão, os homens pensam com seu olhar masculino. Não querem prestar atenção às problemáticas que nos dizem respeito. Uma redação sem mulheres é a garantia de que muitos tópicos nunca serão cobertos.*”

A representante da RSF na Índia, Rituparna Chatterjee, também insiste na necessidade de as jornalistas estarem melhor representadas nas redações: “Quanto mais mulheres há em uma redação, mais as coisas que têm um impacto íntimo sobre elas, como políticas sobre o corpo, são tratadas com mais facilidade. Mas não basta empregar mulheres. É preciso também ter mais diversidade nos cargos de responsabilidade. Sem mulheres nos níveis mais elevados das redações, esses problemas se tornam invisíveis.”

A falta de pluralidade nas redações acarreta graves consequências editoriais, em particular na representação das mulheres nos conteúdos oferecidos ao público. Em seu livro [Femmes et médias, Uma imagem parcial e enviesada](#), a jornalista Clara Bamberger destaca, com números de apoio, o fato de que a imprensa dedica significativamente menos artigos às mulheres do que aos homens, que a televisão e o rádio abrem mais espaço para os homens se expressarem do que para as mulheres e que os veículos de notícias oferecem uma representação tendenciosa das mulheres e praticamente ignoram as desigualdades de gênero.

Desde esse estudo, realizado em 2012, a tendência de termos mais mulheres na profissão se confirmou em todo o mundo, mas as desigualdades continuam se refletindo no conteúdo editorial e nos organogramas dos meios de comunicação. Um [relatório intitulado “Lugar das mulheres nos meios de comunicação em tempos de crise”](#), apresentado em setembro de 2020 à Ministra da Cultura da França, confirma que os jornais dedicam um lugar predominante às personalidades masculinas em seus conteúdos (83,4% das pessoas que aparecem na primeira página são homens e estes assinam 74,4% das colunas), e que a paridade ainda é não alcançada em empresas de mídia. Essa desigualdade alimenta a persistência de estereótipos sexistas e de gênero veiculados pelos meios de comunicação, que por sua vez têm forte impacto no imaginário coletivo, influenciando a percepção das mulheres, inclusive por elas mesmas.

O SEXISMO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

O sexismo cotidiano, que ainda impera em muitas redações ao redor do mundo, continua a impactar o lugar das mulheres nos meios de comunicação e sua representatividade.

“As mulheres são claramente mais numerosas do que os homens nas escolas de jornalismo e entram na profissão em números ligeiramente maiores. Mas, ainda hoje, relativamente poucas alcançam cargos de chefia e a diferença entre os salários de homens e mulheres continua significativa”, resume, no livro *Women and Journalism*, a jornalista e professora Suzanne Franks, já em 2013. O Reuters Institute for the Study of Journalism, ligado à Universidade de Oxford, estudou detalhadamente esse fenômeno, conhecido como “teto de vidro”, em 2020. O cadastro de funcionários de 200 empresas jornalísticas em 10 países - incluindo África do Sul, Estados Unidos, México, Japão, Alemanha, etc. - foi vasculhado. O resultado mostra que 77% dos editores-chefes de maior destaque

são homens. No entanto, as mulheres representam 40% do total de jornalistas nesses países.

“Sempre tentei ignorar a questão do meu gênero”, declarou à RSF a famosa jornalista da televisão indiana Barkha Dutt. Mas quando essa colaboradora regular do *Washington Post* faz um balanço de sua carreira, a constatação é amarga: *“Depois de 22 anos, eis o que aprendi: precisei trabalhar duas vezes mais do que meus colegas homens para chegar ao mesmo estágio e tive que lutar para poder cobrir certos temas - sobretudo conflitos armados.”*

A pandemia de Covid-19 agravou a já consagrada discriminação. No Afeganistão, de acordo com a diretora do CPWAJ, Farida Nekzad, as mulheres foram as primeiras vítimas da queda nas vendas e nas receitas de publicidade causadas pela crise. *“Os meios de comunicação demitem, prioritariamente, as mulheres. Cerca de 20% delas perderam o emprego.”*

3.3. RUMO À EVOLUÇÃO DAS MENTALIDADES E DOS CONTEÚDOS JORNALÍSTICOS

Em agosto de 2017, a repórter sueca independente [Kim Wall](#) foi morta pelo homem que entrevistava. Seu assassino havia projetado o maior submarino caseiro do mundo e foi a bordo dele que ela foi assassinada. Em resposta ao crime, e no contexto do #MeToo, o Dart Center for Journalism and Trauma postou [uma série de recomendações](#) para reforçar a segurança das mulheres repórteres. Azmat Khan, colaboradora da *New York Times Magazine*, Alexis Okeowo, da *New Yorker*, e sete outras jornalistas experientes [compartilharam sua experiência em um vídeo](#). *“Se houver algo soando em seu radar interno, ouça”,* insiste a correspondente internacional chefe da CNN, Christiane Amanpour. Seus conselhos para adotar dependendo do contexto estão reunidos em um artigo intitulado “Manter distância de suas fontes, colegas e superiores” ([“Maintaining Boundaries with Sources, Colleagues & Supervisors”](#)).

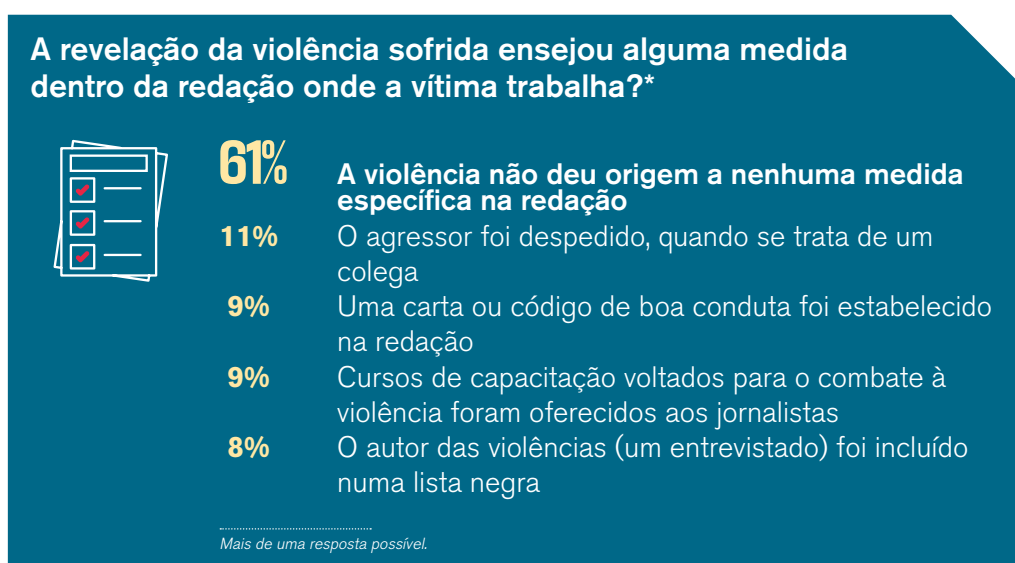
As redes de irmandade entre mulheres jornalistas estão crescendo. A participante da pesquisa da RSF na Ucrânia relata: *“Temos grupos de bate-papo privados no Facebook, onde discutimos essas histórias e nos apoiamos umas às outras.”* No Brasil, Natália Viana, uma das fundadoras da [Agência Pública](#), que é regularmente alvo de ataques virtuais da comitiva do presidente Jair Bolsonaro, explica ter *“adotado uma série de medidas”* para se proteger e busca fortalecer uma forma de assistência mútua: *“Seguimos protocolos para reportagens em campo. Mas diante do linchamento virtual, fica muito difícil [para um indivíduo] resistir. Portanto, estamos em negociações para formar redes de apoio com outras jornalistas.”* Na



Hendrik Hinzl, colega de profissão e amigo de Kim Wall, tira uma foto dela diante de uma parede exibindo os jornalistas mortos em 2017 durante uma comemoração no Newseum em Washington, Estados Unidos, 4 de junho de 2018. © Andrew Caballero-Reynolds / AFP

França, a associação Prenons la une lançou, em 25 de novembro de 2020, [uma plataforma de apoio para jornalistas vítimas de violência sexual e de gênero](#) no trabalho, para “*ouvir, informar e orientar*” as vítimas.

Ao mesmo tempo, grupos de jornalistas, associações e ONGs que apoiam financeiramente as investigações sobre direitos das mulheres estão se desenvolvendo. Este é o caso do [The Fuller Project](#), que funciona como uma redação reunindo investigadoras e repórteres independentes que trabalham com questões ambientais, de saúde, de direitos humanos, etc. Esse projeto sem fins lucrativos ajudou a publicar uma pesquisa sobre [o papel das mulheres no tráfico de drogas no Quênia](#) para a *Time*, outra sobre [os abusos enfrentados pelos exilados venezuelanos](#) para a CNN, e um artigo sobre [o lugar das mulheres no Pentágono](#) para a *Foreign Policy*. Por sua vez, a [International Women's Media Foundation \(IWMF\)](#) oferece [apoio às mulheres jornalistas](#) através de treinamentos em segurança online e para a atuação em ambientes hostis, além de bolsas para a realização de investigações jornalísticas.



Embora os resultados coletados durante a pesquisa da RSF mostrem que ainda há dificuldade para dar uma resposta satisfatória e abrangente à violência de gênero, os meios de comunicação estão começando a multiplicar iniciativas para responder a esse grande problema. Quase 10% dos participantes indicaram que um estatuto ou código de boa conduta foi adotado na redação após uma denúncia de violência de gênero. A mesma proporção indicou que cursos de formação voltados para o combate à violência têm sido oferecidos a jornalistas. É assim que a rede pública France Télévisions instituiu, para todos os funcionários do departamento de esportes, [treinamentos compulsórios](#) sobre a prevenção de comportamentos inadequados no trabalho, após o depoimento da jornalista francesa Clémentine Sarlat sobre atos de assédio moral e sexismo. (ver p. 21) A gestão também instaurou imediatamente uma [investigação interna](#), que levou à demissão de três jornalistas e à advertência a um quarto colaborador.

Em outra iniciativa recente, a posição de editor/a de gênero foi criada em algumas organizações, a fim de evitar a não cobertura de pautas importantes sobre os direitos das mulheres e de combater a reprodução de estereótipos sexistas, muitas vezes inadvertidamente. O primeiro posto foi criado pelo *New York Times*, nos Estados Unidos, em 2017. Na Espanha, Ana Requena Aguilar ocupa esse cargo no jornal online *El Diario*. Na França, Lénaïg Bredoux é a titular no *Mediapart*.

A Agence France-Presse (AFP) também está se movimentando. Duas jornalistas da editoria geral, Pauline Talagrand e Aurelia End, foram incumbidas pela ex-diretora, Michèle Léridon, de escrever um relatório sobre o lugar das mulheres no conteúdo da agência e também na própria redação. “*Nos questionamos muito*

na AFP, sempre com o objetivo de fazer um jornalismo melhor”, resume Pauline Talagrand, editora-chefe assistente do departamento de investigação digital.

O manual da AFP - “a bíblia de todos que trabalham na agência”, explica Pauline Talagrand - foi atualizado para incluir novos capítulos sobre a versão correta de certos títulos e funções para o gênero feminino, para encorajar a diversificação de fontes e nem sempre entrevistar especialistas do sexo masculino, e para evitar descrever inadequadamente o físico e as roupas das mulheres.

Foi incluída uma seção sobre a prevenção da violência contra mulheres jornalistas. Pauline Talagrand continua: “Percebemos que muitas mulheres nunca haviam falado sobre isso. Pessoalmente, cheguei a acreditar, no passado, que os comentários misóginos faziam parte do trabalho. No entanto, isso cria um clima de trabalho ruim.” Várias figuras-chave nas equipes editoriais, mas também nos serviços administrativos e comerciais, foram nomeadas como pontos de contato e apoio em caso de assédio. “Temos também uma médica do trabalho treinada nessas questões, bem como nos riscos do estresse pós-traumático. É importante que a hierarquia esteja claramente posicionada nessa direção”, acrescenta Pauline Talagrand, que conclui: “O objetivo é dar respostas às jovens jornalistas, é dizer para elas que, se um dia acontecer, estaremos lá para apoiá-las”.



A polícia ucraniana se interpõe entre militantes ultranacionalistas e jornalistas da Zik TV, cujo canal, considerado pró-russo, acaba de perder a licença de transmissão. Kiev, fevereiro de 2021.
© Sergei Supinsky / AFP

PAÍSES CONSIDERADOS PERIGOSOS E MUITO PERIGOSOS PARA AS JORNALISTAS

36%

consideram seus países perigosos e muito perigosos para as jornalistas.

- Muito perigoso 10%
- Perigoso 26%

PAÍSES ONDE AS JORNALISTAS DEVEM SE ADAPTAR A RESTRIÇÕES ESPECÍFICAS

24%

afirmam que, em seu país, as mulheres precisam adaptar a maneira de se vestir para poder trabalhar (uso de véu, roupas mais fechadas...).



8%

declaram que as jornalistas não podem mais trabalhar com sua identidade verdadeira.

ESTATÍSTICAS COMPLEMENTARES

ORIUNDAS DA PESQUISA DA RSF

% dos participantes assinalaram

PERGUNTA

As jornalistas vítimas de violência **prestaram queixa**?*



afirmam que as jornalistas em questão prestaram queixa na polícia, comparado a 35% que não prestaram queixa.

PERGUNTA

Por que algumas jornalistas **não prestaram queixa** para denunciar a violência?*

47%

A jornalista achou que a denúncia não teria resultado.

- 46% A jornalista, por vergonha, para esquecer mais rápido, preferiu ficar calada.
- 37% A jornalista temia represálias profissionais.
- 34% A jornalista temia represálias pessoais.
- 27% "A jornalista minimizou a violência sofrida.

PERGUNTA

A **revelação da violência** sofrida ensejou alguma **medida dentro da redação**?*



NÃO 61%

PERGUNTA

Quando houve registro de ocorrência, **quais foram as consequências**?*

43%

Não, a queixa foi registrada, mas encerrada sem seguimento.

- 14% A polícia se recusou a registrar a queixa.
- 14% Ocorreu um julgamento, mas não ele resultou em sanções correspondentes à natureza dos fatos.
- 11% Foi realizado um julgamento e o autor foi condenado.
- 10% Vai haver um julgamento.

PERGUNTA

Você tem a sensação de que reina a **impunidade**, de que os ataques podem acontecer novamente e de que outra mulher jornalista pode ser vítima do **mesmo autor** (pessoa física ou entidade constituída como polícia ou forças armadas)?*



SIM 85%

* Mais de uma resposta possível.

SELEÇÃO DE DEPOIMENTOS COLHIDOS DURANTE A PESQUISA DA RSF



POLÔNIA

“As mulheres ainda hoje são tratadas de maneira diferente do que os homens no local de trabalho. As expectativas são menores e os comentários sexistas frequentes. Muitas vezes, as pessoas nem percebem que um comportamento pode ser sexista.”



BIRMÂNIA

“Jornalistas mulheres enfrentam discriminação de suas fontes - políticos, membros do parlamento, etc. Elas não são levadas a sério, especialmente se forem jovens. Além disso, algumas são discriminadas por seus chefes e superiores hierárquicos por motivos de 'segurança'. Algumas não foram autorizadas a cobrir histórias sérias para sua própria 'segurança'.”



SÍRIA

“Em toda a Síria e nos países vizinhos, as jornalistas sírias enfrentam comentários sexistas, violência, ameaças e pressões. O que acontece na maioria das vezes é que eles não denunciam. Esta forma de violência contra as jornalistas (...) é acentuada pela ausência de um arcabouço legislativo do Estado, que não propõe regulamentações claras e detalhadas sobre esse assunto. Se não há casos de abuso contra mulheres jornalistas registrados, não é porque não aconteça, mas porque eles não são denunciados. (...) Principalmente se não tiverem um contrato de trabalho formalizado.”



CAMBOJA

“Em coletivas de imprensa públicas, as jornalistas recebem respostas rudes de membros do governo e do primeiro-ministro. Elas são atacadas na internet por militantes políticos, que lhes enviam mensagens de ódio.”



SRI LANKA

“A maioria dos casos de assédio sexual e de gênero não vem a público porque as vítimas ficam muito relutantes em falar sobre isso. A maioria sofre em silêncio e prefere se demitir. Não há nenhum lugar especializado onde possam ir e obter justiça. As violências verbais dos colegas de trabalho e superiores são a forma mais comum de assédio. As mulheres são incitadas a não fazer alarde sobre isso.”



FAIXA DE GAZA

“Uma forma de “controle social” prevalece por ser um lugar pequeno. É quase como uma “comunidade de aldeia”. (...) As pessoas têm medo de escândalo. Isso tem vantagens e desvantagens. As agressões a mulheres, incluindo jornalistas, são raras. Mas as mulheres têm medo de prestar queixa se forem agredidas. É por isso que é muito difícil obter informações sobre a extensão do problema.”



ESPANHA

“A maioria das dificuldades que as jornalistas enfrentam está ligada à discriminação: de salário, cargo e promoção; dos estereótipos de gênero, como o fato de haver poucas mulheres no noticiário esportivo; dos critérios de beleza para quem faz televisão; etc. Mulheres que escrevem sobre mulheres e feminismo estão duplamente expostas ao risco de perseguição na internet, que quase sempre inclui injúrias sexuais.”



NORUEGA

“O movimento #MeToo destacou as mesmas questões vistas em outras democracias ocidentais. As repórteres estão mais expostas a sentimentos negativos nas redes sociais, especialmente se forem imigrantes.”

4 | RECOMENDAÇÕES DA RSF

Para as redações

Mais visibilidade e igualdade

Quanto aos conteúdos:

- > **Certificar-se** de dedicar espaço a artigos e reportagens investigativas sobre os direitos das mulheres e sobre a violência de gênero em caráter permanente e não apenas em datas comemorativas, ou grandes eventos dedicados a esses temas.
- > **Assegurar-se** de que especialistas e convidados para programas de debate e noticiários, e citados em reportagens, sejam em proporção igual de mulheres e homens.
- > **Garantir** a eliminação de estereótipos sexuais e de gênero que possam ser transmitidos através da linguagem utilizada, da iconografia utilizada, da proporção de mulheres e homens representados como vítimas, da proporção de mulheres e homens identificados de acordo com o status familiar, etc.¹
- > **Incentivar** a criação do posto de gerente editorial responsável pelas questões de gênero (“editores de gênero”) nas redações para contribuir com a implementação dos pontos mencionados acima.

Quanto às condições de trabalho:

- > **Conscientizar** a administração e os membros da redação sobre essas questões e implementar dispositivos de emergência internos para garantir um sistema de alerta, apoio e proteção para mulheres jornalistas vítimas de assédio ou qualquer tipo de violência de gênero e sexual.
- > **Garantir** o equilíbrio entre a vida profissional e privada para não penalizar jornalistas que desejem ter ou que tenham filhos (existência de esquemas de flexibilidade no trabalho, acesso à licença parental, mecanismos que facilitem o acolhimento de crianças, etc.).
- > **Garantir** salários iguais em todos os níveis e alcançar paridade nas funções editoriais e de gestão, bem como nos cargos de maior visibilidade (como colunistas, comentaristas, apresentadores, entre outros.)

Mais segurança e vigilância

Nas redações:

- > **Desenvolver**, dentro das redações, materiais de divulgação e ferramentas destinadas a informar sobre todos os tipos de violência de gênero e sobre como reagir a eles (célula de escuta, linha telefônica de ajuda para mulheres vítimas de violência, cartazes, intervenções, lista de associações que trabalham com o tema, pessoa de contato no veículo, etc.).
- > **Capacitar** colaboradores em cargos de gestão para facilitar a detecção de ataques e o suporte às vítimas de violência.
- > **Facilitar** reuniões e intercâmbios de boas práticas entre mulheres jornalistas para permitir uma melhor assistência mútua diante desses problemas.

¹ Conforme recomendado por Céline CALVEZ em seu relatório intitulado “O lugar da mulher nos meios de comunicação em tempos de crise” (2020).

Diante dos riscos no campo:

- > Para que o risco não seja mais uma desculpa para barrar o acesso das jornalistas ao trabalho no campo, **incluir** uma perspectiva específica para mulheres jornalistas na informação e no treinamento de segurança dado a profissionais que partem para áreas que oferecem perigo.
- > **Garantir** maior comunicação entre a redação e as jornalistas em missões externas para reduzir - entre outras coisas - o risco de violência sexual ou de gênero.
- > **Disponibilizar** um arquivo interno de consulta, que compile as informações mais recentes sobre a área a ser coberta, feedback dos últimos que estiveram na região, dados práticos do país em questão, listas de verificação e tutoriais.
- > **Distribuir ou facilitar** a obtenção por mulheres jornalistas de “kits pós-agressão sexual”².

Diante da violência online:

- > **Formar** jornalistas sobre a questão do assédio cibernético de forma a permitir-lhes a adoção de reflexos e comportamentos adequados em tais situações - por exemplo, colaborando com os serviços competentes das plataformas em que atuam os trolls ou assediadores.
- > **Instaurar** um sistema de emergência interno para casos de ameaças ou ataques sexistas virtuais - tanto em termos de moderação dos conteúdos em questão, como de apoio psicológico e/ou jurídico à jornalista vítima.

Às mulheres jornalistas

Nas redações

- > Em caso de ameaças, ataques ou assédio, **notificar** seus superiores ou qualquer contato responsável por lidar com essas questões e/ou registrar uma ocorrência.
- > **Fazer capturas de tela**, imprimir, coletar e guardar todas as evidências de assédio, insultos, ameaças ou agressões recebidos nas suas caixas de mensagens pessoais ou profissionais e nas redes sociais.

Antes de sair para uma reportagem

- > **Informar-se** sobre as práticas culturais e sociais do país, bem como sobre como são vistas as mulheres jornalistas e a situação de segurança no local.
- > **Avaliar** minuciosamente os riscos antes de ir a campo e privilegiar o trabalho em equipe nas áreas de risco.
- > **Transmitir** os contatos das pessoas no local (fixers, colegas de profissão) a colegas de confiança ou a gerentes nas redações com as quais colaboram.

Contra o assédio cibernético

- > **Adotar** regras essenciais de segurança digital, disponíveis em nosso relatório “Assédio online de jornalistas: quando os trolls atacam”, disponível para consulta [aqui](#) (p. 34-35).
- > **Pedir** que a uma pessoa de confiança para gerenciar suas redes sociais durante o ataque. Ela poderá fazer uma triagem dos seus feeds, apagar insultos, bloquear e denunciar perfis agressores. Dependendo da intensidade do assédio, mude suas contas para o modo de acesso privado enquanto durar o ataque.

² Por exemplo, diante do risco de violência sexual, a France Médias Monde distribui “kits pós-agressão sexual” a suas funcionárias em missão, contendo uma pílula do dia seguinte, um antibiótico de amplo espectro e um tratamento de terapia tripla de emergência para prevenir a contaminação por HIV, enquanto a vítima espera para ser atendida em um hospital.

Aos Estados

- > **Honrar** seus compromissos com a liberdade de imprensa, incluindo a garantia do direito dos jornalistas de trabalhar com temas relacionados aos direitos das mulheres, e o direito das mulheres de poderem exercer seu trabalho como jornalistas com segurança, em conformidade com as normas internacionais.
- > **Reconhecer** que ameaças e outras formas de abuso online contra mulheres jornalistas e profissionais da mídia constituem um ataque direto à liberdade de expressão e à liberdade dos meios de comunicação.
- > **Incentivar** a criação do posto de Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Segurança dos Jornalistas, que assegure que os governos respeitem suas obrigações no tocante à eliminação da violência contra jornalistas, em particular, contra as jornalistas.
- > **Garantir** que haja legislação adequada para responder de maneira eficaz à violência de gênero, especialmente contra mulheres jornalistas. A violência contra jornalistas deve ser considerada uma circunstância agravante do crime, tendo em conta o seu impacto no direito dos cidadãos à informação. Uma legislação adequada também é necessária para combater o assédio online, assim como procedimentos de recurso ou vias legais em caso de restrições abusivas à liberdade de expressão online.
- > **Garantir** que o sistema penal esteja preparado para receber, processar e julgar casos de violência de gênero, especialmente contra mulheres jornalistas, seja fisicamente ou virtualmente, para assegurar que os casos de violência de gênero e assédio online sejam sistematicamente investigados e que os autores sejam processados e condenados.
- > **Promover** atividades que favoreçam a igualdade e a diversidade de gênero nos meios de comunicação e apoiar iniciativas de capacitação que enfoquem a segurança de mulheres jornalistas.
- > Para os Estados que oferecem formas de auxílio à imprensa, **instituir** incentivos positivos para encorajar as empresas de mídia a se comprometerem com a mudança, a se equiparem com ferramentas para avaliar e medir o lugar das mulheres, com uma carta de compromisso com a igualdade de gênero em suas estruturas, com ferramentas de formação para sensibilizar as suas equipes quanto à paridade e à igualdade, etc; apoiar financeiramente as empresas de comunicação na implementação generalizada dessas ferramentas.
- > **Reforçar** a responsabilidade das plataformas online para garantir o direito à liberdade de expressão de seus usuários e sua segurança contra discursos de ódio e assédio online.
- > **Conscientizar** legisladores e atores do sistema de justiça criminal sobre a violência online contra as mulheres, em particular as jornalistas.
- > **Promover** a educação em segurança digital, com foco em conscientizar os internautas sobre o impacto do assédio online e as consequências legais para quem os comete.
- > **Criar** comitês nacionais para a segurança de jornalistas que incluam representantes do Ministério Público, da polícia e das associações de jornalistas para verificar se todos os ataques e ameaças são devidamente investigados; melhorar os procedimentos se necessário; propor medidas de proteção, quando necessário, e implementar ações preventivas para fortalecer a segurança dos jornalistas.

Às plataformas

- > **Desenvolver** campanhas de comunicação e conscientização pública sobre violência online visando especificamente jornalistas, sobretudo as mulheres.
- > **Tornar** mais fácil para as vítimas de ameaças e ataques online, em particular mulheres jornalistas, relatar a violência criando um canal de alerta de emergência.
- > **Colaborar** ativamente com as autoridades judiciais nas investigações sobre violência cibernética contra jornalistas (identificação de autores de violência online, etc.).
- > **Lutar** contra as campanhas coordenadas de assédio e as “fábricas de trolls”, em parte responsáveis por essa violência online, aumentando o número de moderadores humanos.

Aos anunciantes

- > **Recusar-se** a exibir anúncios em sites que ajudem a promover preconceitos de gênero ou encorajem a violência de gênero.
- > **Desenvolver** estatutos de ética e melhores práticas em publicidade online, em conjunto com a sociedade civil, a fim de garantir que esta não contribua com o financiamento do assédio online.

Referências usadas para a elaboração das recomendações:

- RSF, Contribuição para o [relatório da Relatora Especial das Nações Unidas sobre a Violência contra as Mulheres, suas Causas e Consequências \(2020\)](#)
- RSF, Relatório "[Assédio online de jornalistas: quando os trolls atacam](#)" (2018)
- RSF, Relatório "[Droits des femmes : enquêtes interdites](#)" (2018)
- RSF, [Guide pratique de sécurité des journalistes](#), 2ª edição (2017)
- Céline CALVEZ, Relatório "[La place des femmes dans les médias en temps de crise](#)" (2020)
- Library of Congress, estudo comparativo "[Laws Protecting Journalists from Online Harassment](#)" (2019)
- OSCE, Relatório "[New Challenges to Freedom of Expression: Countering Online Abuse of Female Journalists](#)" (2016)
- CARVE-FACE, Relatório "[L'implication des entreprises dans la lutte contre les violences faites aux femmes](#)" (2015)

Secretário Geral: **Christophe Deloire**
Editora chefe: **Catherine Monnet**
Jornalista / Redatora : **Laurène Daycard**
Jornalista de dados: **Rouguyata Sall**
Redatora fotográfica: **Géraldine Lafont**
Secretária de redação: **Carole Coen**
Ilustradora: **Stéphanie Barcelo**
Tradutor para o português: **Christiano Sanches**



A REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS trabalha em prol da liberdade, da independência e do pluralismo do jornalismo no mundo todo. Com status consultivo junto à ONU e à Unesco, a organização, com sede em Paris, conta com 13 escritórios e seções ao redor do mundo e correspondentes em 130 países.